REGULAMENTO (CE) N.º 744/2000 DA COMISSÃO

de 10 de Abril de 2000

que rectifica o Regulamento (CEE) n.º 32/82 que estabelece as condições de concessão de restituições especiais à exportação no sector da carne de bovino

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1254/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino [1], e, nomeadamente, o n.º 12 do seu artigo 33.º,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CEE) n.º 32/82 da Comissão [2], com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2326/97 [3], definiu as condições de concessão de restituições especiais à exportação no sector da carne de bovino.

(2) Aquando da última alteração do Regulamento (CEE) n.º 32/82 pelo Regulamento (CE) n.º 2326/97, e na sequência de um erro de redacção, foi suprimida a última frase do n.º 2, segundo parágrafo, do artigo 2.º Importa, portanto, reinserir esta frase no texto, com efeitos a partir de 3 de Dezembro de 1997, data da entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 2326/97.

(3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Ao n.º 2, segundo parágrafo, do artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 32/82, é aditada a seguinte frase:

«No entanto, as autoridades competentes podem autorizar a embalagem dos produtos, se a identificação de cada produto, referida no segundo parágrafo do artigo 3.º, permanecer sempre visível.».

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 3 de Dezembro de 1997.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de Abril de 2000.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

[1] JO L 160 de 26.6.1999, p. 21.
[2] JO L 4 de 8.1.1982, p. 11.
[3] JO L 323 de 26.11.1997, p. 1.